

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.535 - AL (2019/0342970-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : **ALTAMIR DOS SANTOS (PRESO)**
RECORRENTE : **ALISSON DAVID DOS SANTOS (PRESO)**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por **ALTAMIR DOS SANTOS** e **ALISSON DAVID DOS SANTOS** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

Consta dos autos que os recorrentes foram presos, preventivamente, em 11/2/2019, pela suposta prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, II, do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus*, perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos moldes do acórdão assim ementado:

"*HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PACIENTES SEGREGADOS CAUTELARMENTE PARA GARANTIR A ORDEM PÚBLICA E A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTOS VÁLIDOS PARA A SEGREGAÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. CONSTATAÇÃO DE ARGUMENTOS IDÔNEOS PARA SUSTENTAR O DECRETO SEGREGATIVO. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA SUPOSTAMENTE PRATICADA. INDIVÍDUOS QUE RESPONDEM POR CRIMES DIVERSOS EM PERSECUÇÕES CRIMINAIS DIFERENTES. EFETIVO RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA" (e-STJ, fl. 68).

Nesta Corte, a Defensoria Pública Estadual, invocando o princípio constitucional da inocência, alega, em síntese, a existência de constrangimento ilegal, pois o decreto prisional não teria observado os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, aduzindo que a constrição cautelar foi decretada unicamente com base em fundamentos genéricos, tais como o fato de figurarem os recorrentes no pólo passivo de outras ações penais.

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva. Alternativamente, pugna pela aplicação de quaisquer das medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O Ministério Público Federal manifesta-se pelo não provimento do pedido recursal (e-STJ, fls. 108-110).

É o relatório.

Decido.

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a

prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

Assim fundamentou o Juízo processante, decretar a prisão preventiva:

"[...] A decretação da prisão cautelar, sob a égide dos princípios constitucionais do estado de inocência (artigo 5º, LVII, da Constituição Federal) e da garantia de fundamentação das decisões judiciais (artigos 5º, LXI e 93, IX, da Constituição Federal), não pode provir de um automatismo da lei, da mera repetição judiciária dos vocábulos componentes do dispositivo legal ou da indicação genérica do motivo, sob pena de se transformar numa antecipação da reprimenda a ser cumprida quando do instante da condenação.

Nesse sentido, é a nova redação do artigo 283 do Código de Processo Penal, introduzida pela Lei 12.403/11:

[...] Art. 283. Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença penal condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva [...]

Necessária se faz a demonstração da existência do crime e de indícios suficientes de autoria (*fumus comissi delicti*) e a demonstração do efetivo *periculum libertatis*, consignado em um dos motivos da prisão preventiva, quais sejam, a garantia da ordem pública ou econômica, a conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal (art. 312, CPP).

A edição da Lei 12.403/11 não modificou a finalidade da medida cautelar de segregação. A prisão preventiva permanece com a finalidade de garantir a ordem pública e econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que haja prova da materialidade e suspeita fundada de que o indivíduo é autor da infração penal. Todavia, acresceu-se a essas hipóteses o não cabimento de qualquer das medidas previstas no artigo 282, § 4º, do Código Processual Penal, conforme previsão do atual parágrafo único do artigo 312 daquele diploma legal.

É que a Lei 12.403/11 introduziu no Processo Penal Brasileiro novas medidas cautelares, as quais agiram em substituição à decretação da prisão preventiva.

Agora é necessário que outra medida cautelar, menos gravosa que a prisão preventiva, não seja aplicável ao caso concreto.

Dessa forma, a nova Lei expõe a necessidade de demonstração pelo magistrado da imprescindibilidade da prisão cautelar sob o viés do princípio da proporcionalidade, embora tal previsão já se fizesse em virtude do tratamento dado pela Carta Magna as prisões cautelares (prisão antes do trânsito em julgado como exceção).

In casu, não obstante o privilégio da atual previsão legal para a aplicação preferencial de outras medidas cautelares que não a prisão preventiva, vislumbro a presença de requisito bastante para a sua

decretação, qual seja, a garantia da ordem pública, não sendo o caso de imposição de outra medida cautelar prevista no artigo 319 do Código Processual Penal.

Observando-se a redação do artigo 282 do Código de Processo Penal, verifica-se que o legislador não mencionou a garantia da ordem pública e da ordem econômica como requisito para a aplicação das medidas cautelares prevista no Título IX do diploma legal. Conclui-se, por uma questão de lógica, que somente a prisão preventiva pode ser cabível nessas hipóteses. Segundo Guilherme de Souza Nucci, tal medida justifica-se 'pois se o indiciado ou réu coloca em risco a segurança pública, não há cabimento para a substituição da prisão por medida cautelar alternativa, que são muito menos abrangentes e eficazes.'

Não se pode olvidar que para a decretação da prisão preventiva, a materialidade delitiva há de ser inconteste, ao passo em que, em relação à autoria, são necessários apenas indícios aptos a vincular o indivíduo à prática da infração.

A materialidade delitiva resta fulcrada, por ora, no anexo fotográfico de fls. 14/19, bem como nos depoimentos e declarações constantes dos autos.

Perscrutando os autos, percebo que há, ainda, indícios de autoria em desfavor dos acusados Altamir dos Santos, vulgo 'Neguinho' e Alisson David dos Santos. Outro não pode ser o conseqüente dos elementos de prova amealhados no inquérito policial.

É que a testemunha Laudicéa de Souza Ferreira, às fls. 61/63, presenciou os acusados espancando a vítima, mesmo quando os familiares dos referidos acusados chegaram ao local e pediram para que eles parassem de agredi-lo.

Quanto ao *periculum libertatis*, este é clarividente. Com efeito, o *modus operandi*, doravante submetido ao conhecimento deste julgador, inclina para a existência de um crime de homicídio, ataque máximo ao bem jurídico mais importante, a vida.

A par disso, conforme extraído à fl. 03 dos presentes autos, fora verificado pela autoridade policial que o acusado Altamir dos Santos possui passagem pelo crime de Lesão Corporal (BO nº 0012-Q/16-0131) com *modus operandi* semelhante ao caso em tela, ao passo que seu irmão Alisson David dos Santos, por Lesão Corporal (BO nº 0012-Q/16-0131) e Tráfico de Drogas, de modo que é de se perceber as suas inclinações à contumácia delituosa.

Ressalte-se, outrossim, que conforme depoimentos extraídos dos autos, bem como informações passadas pela própria autoridade policial, os acusados, após o cometimento do crime em tela, teriam fugido para São Paulo.

A luz de tais fundamentos, a periculosidade em concreto dos acusados em relação à ordem pública, bem como a garantia da aplicação da lei penal são sensíveis a de modo a recomendar a

decretação da medida segregacional em desfavor daqueles.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, tenho por bem deferir o pedido de prisão preventiva apresentado pela Autoridade Policial, pelo que:

1 - DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DE ALTAMIR DOS SANTOS, VULGO "NEGUINHO" E ALISSON DAVID DOS SANTOS com fulcro nos arts. 312, parágrafo único, e 313,1, ambos do CPP [...]" (e-STJ, fls. 12-15, grifou-se).

O Tribunal de origem ratificou a decisão nos termos a seguir transcritos, no pertinente:

"[...] A pretensão veiculada neste *writ* é lograr a Ordem em favor dos pacientes, que se encontram presos preventivamente para garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal, em razão de a autoridade ora apontada como coatora compreender que o agentes praticaram um crime concretamente grave, além da possibilidade de voltarem a delinquir.

Para os impetrantes, a decisão judicial que impôs a segregação dos pacientes não se ampara em fundamentos concretos e válidos para submetê-los à medida cautelar de natureza pessoal tida como mais rigorosa, sendo o caso, portanto, de colocar os agentes em liberdade.

Antes, porém, de adentrar no mérito, devo destacar que, apesar de a liberdade de locomoção ser um direito fundamental, pode vir a ser restringida em casos excepcionais, sendo um desses, a possibilidade de decretação de prisão preventiva. Veja-se:

'[...] A opinião predominante, ao aceitar a adaptação ao processo penal da teoria geral das medidas cautelares, justifica a privação da liberdade antecipada sob argumentos de necessidade de defesa ou tutela dos bens da coletividade [...] (grifo nosso).'

Desta forma, estando diante de um caso excepcional e se tratando de um direito fundamental como é a liberdade de locomover-se, a decretação de prisão preventiva deve vir embasada em elementos concretos e que demonstrem uma plausibilidade jurídica apta a sustentar uma decisão dessa natureza.

Assim, resta saber se o Juiz, ao decretar a prisão preventiva, de forma válida, a necessidade de impor a referida medida cautelar.

Embora tenha sido sustentado pelos impetrantes que a decretação de prisão preventiva não se amparou em elementos aptos para segregar os pacientes, verifica-se, por outro lado, que as razões que motivaram a imposição da medida cautelar foram aduzidas satisfatoriamente pelo Juiz, ora apontado como autoridade coatora, porquanto se mostraram concretas e aptas a justificar validamente o decreto segregativo.

Diz-se assim porque a reiteração criminosa dos pacientes e a maneira como supostamente praticaram o crime de homicídio qualificado, em conjunto, figuram como argumentos válidos para justificar a decretação da prisão preventiva para garantir a

ordem pública e para a aplicação da lei penal. [...]

Nota-se que, embora a fundamentação do *decisum* não adentre com profundidade no mérito da causa – e nem precisaria, porquanto as medidas cautelares são aplicadas com base em um juízo de cognição sumária – a gravidade concreta do crime e o risco da reiteração delitiva. aferida a partir da notícia de que os pacientes já respondem por crimes de lesão corporal (ambos os pacientes), e tráfico de drogas (paciente Alisson), justifica o decreto segregativo.

Para o STJ, fazer menção à gravidade concreta da conduta praticada pelo paciente, bem como à contumácia dele no mundo da criminalidade constitui via argumentativa válida para justificar a prisão preventiva. [...] Não é outro o sentido do parecer emitido pela PGJ (fls. 64/65). Leia-se:

Em que pese o costumeiro bom trabalho elaborado pela incansável Defensoria Pública, depreende-se das informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, **a real necessidade da manutenção da prisão cautelar dos pacientes, notadamente Altamir dos Santos, contumaz na prática de crimes, demonstrando, com clareza solar o risco que poderá causar a ordem pública caso seja posto em liberdade.** Não vislumbrando o alegado constrangimento ilegal, uma vez que o decreto de prisão apresenta fundamentação idônea, opino pelo conhecimento e denegação da ordem. (HC 0804261 -80.2019.8.02.0000).

Assim, tenho que a imposição da prisão preventiva, dentre as diversas medidas cautelares existentes em nosso ordenamento jurídico, apesar de ser a mais rigorosa, e a que se mostra mais adequada ao caso dos autos, devendo, portanto, ser mantida incólume.

Ante o exposto, CONHEÇO do Habeas Corpus, para, no mérito, DENEGAR a Ordem pleiteada" (e-STJ, fls. 68-73, grifou-se).

No caso, a prisão preventiva está adequadamente motivada em elementos concretos extraídos dos autos que indicam a necessidade de se resguardar a ordem pública e a adequada instrução criminal, pois a periculosidade social dos recorrentes está evidenciada pelo *modus operandi* perpetrado pelos agentes, que espancaram a vítima até a sua morte.

Além disso, evadiram-se do distrito da culpa, logo a seguir à prática do delito, ocorrido em Maceió/AL, para a cidade de São Paulo/SP.

Também é notório que os recorrentes são reincidentes na prática delituosa. Segundo delineado pelas instâncias ordinárias, o acusado Altamir dos Santos responde por anterior lesão corporal – perpetrada com modo de agir semelhante ao do caso em tela –, enquanto que seu irmão Alisson David dos Santos também foi anteriormente processado pela prática dos delitos de lesão corporal e tráfico de drogas.

Nesse sentido, os seguintes julgados que respaldam esse entendimento:

"RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. REITERAÇÃO

DELITIVA. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA POR PRISÃO DOMICILIAR. ART. 318, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EXTREMA DEBILIDADE POR MOTIVO DE DOENÇA GRAVE E DA INCOMPATIBILIDADE ENTRE O TRATAMENTO MÉDICO E A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP. **Na hipótese dos autos, verifica-se que a prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada pelas instâncias ordinárias, com base em elementos extraídos dos autos, a periculosidade do recorrente, evidenciada pelo *modus operandi* - o recorrente efetuou 5 disparos contra seu irmão, atingindo a perna direita e contra seu genitor, atingindo o ombro direito, empreendendo fuga do local, e, posteriormente ameaçou-os de morte pelo telefone -, bem como pelo fato de risco de reiteração delitiva, haja vista que o recorrente responde a outro processo por tentativa de homicídio. Nesse contexto, forçoso concluir que a prisão processual está devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, não havendo falar, portanto, em existência de evidente flagrante ilegalidade capaz de justificar a sua revogação.**

2. Conforme orientação jurisprudencial desta Corte, inquéritos e ações penais em curso constituem elementos capazes de demonstrar o risco concreto de reiteração delituosa, justificando a decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública.

3. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ que as condições favoráveis do recorrente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.

4. São inaplicáveis quaisquer medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP, uma vez que as circunstâncias do delito evidenciam a insuficiência das providências menos gravosas.

[...] 6. Recurso em habeas corpus desprovido".

(RHC 114.640/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 17/09/2019, grifou-se).

"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO CULPOSO E ROUBO SEGUIDO DE MORTE. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA POR OCASIÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. ART. 387, § 1º, DO CPP. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. FUGA DO DISTRITO DA CULPA.

PRECEDENTE.

1. Toda prisão imposta ou mantida antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória, por ser medida de índole excepcional, deve vir sempre baseada em fundamentação concreta, isto é, em elementos vinculados à realidade e não em meras suposições ou conjecturas.

2. O Tribunal local fez menção aos fundamentos declinados na decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, **reafirmando o periculum libertatis consistente no risco à aplicação da lei penal por ter ele se evadido do distrito da culpa, o que encontra respaldo na jurisprudência desta Corte Superior.** Precedente.

3. Além disso, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a existência de maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso denotam o risco de reiteração delitiva e constituem também fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar. Precedente.

4. **In casu, além de ser reincidente, o paciente tentou empreender fuga do distrito da culpa, o que, aliado à gravidade concreta do delito, consistente no roubo de motocicleta e na realização de disparos que atingiram a vítima e o comparsa, autoriza a imposição da medida cautelar máxima.**

5. Ordem denegada.

(HC 510.469/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 03/10/2019, grifou-se).

Destaca-se, por fim, que, concluindo as instâncias de origem pela imprescindibilidade da custódia preventiva, está clara a insuficiência e a inadequação da imposição de medidas cautelares mais brandas aos agentes (HC 261.128/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 23/4/2013, DJe 29/4/2013).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso ordinário.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator